

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras assina acordo com Cade para venda de oito refinarias até 2021.....	2
Título: Leilão de excedente reduzirá participação da Petrobras	3
Título: Estatal pode elevar investimentos e venda de ativos, sinaliza presidente.....	6
Título: Contrato de arrendamento gera conflito com Petrobras.....	7
Título: Castello Branco nega mudança na regra do diesel	10
Título: SBM fecha primeiro contrato após leniência.....	11
Título: Gerdau negocia aquisição da Silat, laminadora de aço do grupo Añon	13
Título: União Europeia proíbe fusão entre ThyssenKrupp e Tata	14
Título: Reino Unido promete zerar emissões.....	15
Título: Volume de etanol vendido pelas usinas do Centro-Sul do país bate novo recorde	16
Título: Destaques	17
Título: Ministros voltam a analisar dívida tributária da CPFL	17
Título: Mudança climática eleva consumo de energia, diz BP	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Petrobrás ganha prazo até 2021 para vender oito refinarias	21
Título: Políticos do PP viram réus por ‘quadrilhão’	22
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Acordo libera venda de refinarias da Petrobras	23
Título: Opinião : Decisão do STF sobre subsidiárias facilita desmonte estatal	24
Título: Boa semana.....	26
Título: Prospeção	27
Título: Brumadinho e chuvas fazem indústria do Pará ter pior resultado em 17 anos	27

Título: Liminar	29
VEÍCULO: O Globo.....	30
Título: Petrobras diz que fez o possível para reduzir preço	30
Título: Políticos do PP viram réus no STF	32
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	32
Título: Refinarias à venda.....	32
Título: Gasolina a R\$ 4,11 no Plano.....	33

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Petrobras assina acordo com Cade para venda de oito refinarias até 2021

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, ontem, por quatro votos a dois, a proposta de Termo de Compromisso de Cessação (TCC) da Petrobras para abrir a concorrência no setor de refino. O acordo suspende a investigação que apurava supostos abusos de poder econômico praticados pela estatal.

Apresentado pelo superintendente-geral do Cade, Alexandre Cordeiro, o TCC da Petrobras prevê a venda de oito refinarias, além de infraestrutura de transportes (oleodutos), que correspondem a 50% da capacidade de processamento da estatal - cerca de 1,1 milhão de barris/dia. A Petrobras poderá manter o controle sobre refinarias no Rio de Janeiro, São Paulo e uma no Nordeste.

"A Petrobras apresentou uma proposta a qual o Cade entendeu que resolve, na base, toda e qualquer discussão sobre abuso de poder dominante", afirmou presidente do Cade, Alexandre Barreto. "É um novo desenho do setor que representará sim um ganho significativo para a concorrência para de refino no Brasil", completou.

A venda das refinarias deverá ocorrer em três fases, com conclusão no fim de 2021. Os compradores não poderão adquirir mais de um ativo na mesma região, para garantir competição entre si, nem ter vínculo com a Petrobras. Hoje, a estatal detém 98% do mercado.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, classificou a aprovação como um "marco" para o setor. "Queremos o mercado aberto com vários refinadores competindo entre si", afirmou Albuquerque, que acompanhou a homologação e assinatura simbólica do acordo na sede do Cade. Ele disse que o TCC está alinhado às iniciativas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de abertura do mercado de refino.

Para Albuquerque, a venda das refinarias deve atrair novos investimentos para ampliar a capacidade processamento de petróleo no país. "É sinal verde para desenvolvimento de políticas fundamentais para o Brasil", afirmou.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que o acordo é positivo para setor, pois deve levar ao aumento da produtividade e dos investimentos. "O poder de monopólio não se justifica numa sociedade livre e democrática por impor restrição à liberdade das pessoas", disse.

O presidente da Petrobras afirmou que a estatal é favorável à competição, pois o mercado fechado à concorrência não é bom para o país, nem para quem desfruta da posição dominante. "No primeiro momento pode ser bom, mas, a longo prazo, é muito ruim até para o monopolista".

Já o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, destacou que os investimentos no setor de refino deverão reduzir a necessidade de importação de combustíveis.

Sobre a expectativa de queda no preço dos combustíveis, Oddone lembrou que o valor final do produto é definido pela variação do preço das commodities, impostos e margens de distribuição e revenda. "Se o preço vai subir ou baixar, quem define é o mercado. A competição garante que isso seja definido por um critério justo", afirmou o diretor-geral da ANP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Leilão de excedente reduzirá participação da Petrobras

Responsáveis por um quarto de todo o petróleo produzido no Brasil, as multinacionais terão pela frente, no megaleilão dos excedentes da cessão

onerosa, uma oportunidade histórica de aumentar suas participações no mercado brasileiro. Projeções da consultoria Gas Energy mostram que a parcela da Petrobras na produção nacional de petróleo pode cair dos atuais 74% para 60% em 2022 e se aproximar do patamar de 50% a partir de meados da próxima década, num cenário base.

Tudo dependerá, é claro, dos resultados da licitação de outubro, que podem acelerar ou não o ritmo de desconcentração da produção. Independente da fatia de mercado que a Petrobras vier a perder com a rodada, segundo especialistas, a tendência de diversificação no mercado de óleo e gás é inevitável. Não à toa, as petroleiras acompanham de perto o desenrolar da abertura do mercado de refino e as discussões sobre o novo marco regulatório do gás natural.

"Vivemos uma dinâmica muito renovada no pré-sal, porque ele tem se mostrado muito competitivo. A nossa expectativa é que até 2023 a Petrobras seja a grande responsável pelo crescimento da curva de produção, pela oferta de óleo e gás novos ao mercado. A partir de 2024/2025 vemos a materialização dos investimentos das multinacionais, como os projetos de Carcará, operado pela Equinor, e Gato do Mato, da Shell. De 2025 para frente, já veremos o resultado dos leilões recentes, que se mostraram menos concentrados", afirma o sócio-diretor da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto.

Para o professor do Grupo de Economia da Energia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Edmar Almeida, o leilão dos excedentes da cessão onerosa promete ser um "divisor de águas" para a diversificação do mercado. Isso porque a rodada permitirá que as multinacionais adquiram participações diretas em campos já em fase de produção ou previstos para começarem a produzir nos próximos anos.

Segundo as regras do leilão, as empresas que comprarem os volumes excedentes (aqueles que superam os 5 bilhões de barris aos quais a estatal tem o direito de produzir nas áreas ofertadas) serão sócias da Petrobras nos campos da cessão onerosa, por meio de um contrato de coparticipação. No cenário base das projeções da Gas Energy, a Petrobras deve manter fatia de 30% da produção dos campos da cessão onerosa após assinar os acordos. Dos quatro ativos a serem ofertados na rodada, a brasileira manifestou oficialmente o interesse de adquirir a operação apenas das áreas de Búzios e Itapu.

Almeida destaca que o grau de desconcentração daqui para frente ainda depende de muitas variáveis, como o resultado do leilão dos excedentes, mas que esta diversificação já está em curso e é uma tendência. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a parcela da Petrobras na produção de petróleo, no país, caiu 10 pontos percentuais nos últimos três anos, para 74%.

"Com o leilão dos excedentes, a expectativa é que os novos atores diluam ainda mais a participação da Petrobras, mas ela vai continuar sendo, de longe, o ator mais relevante do mercado", diz o secretário-executivo de exploração e produção do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Antônio Guimarães.

Ele acredita que a estratégia atual das multinacionais, de exportar suas produções no Brasil, tende a se acentuar, já que o mercado brasileiro não é suficiente para absorver toda a produção esperada para os próximos anos.

"O Brasil pode vir a produzir cerca de 6 milhões de barris/dia de petróleo em 2030. É muito petróleo. Não quer dizer que as empresas não tenham interesse de vender seus volumes aqui no Brasil. Se tiver mercado aqui, elas vão querer vender aqui, mas é muito petróleo para ser absorvido só pelo mercado brasileiro", afirma Guimarães.

Segundo ele, o aumento da produção das multinacionais não significa, necessariamente, que essas empresas se interessarão pelas refinarias colocadas à venda pela Petrobras. Guimarães explica que as refinarias brasileiras foram construídas para processar um óleo com uma qualidade diferente daquela do pré-sal e que, portanto, as petroleiras que produzem no país podem não ver sentido na compra das unidades da estatal como estratégia de verticalização.

"O que não quer dizer que o mercado brasileiro de refino não seja atrativo. Se tiver uma regulação amigável, com sinais de que ninguém vai interferir nos preços, há interesse", disse.

Para Edmar Almeida, o aumento da produção das petroleiras multinacionais cria "pressão" para que haja uma mudança regulatória mais profunda no mercado. Isso explica o motivo das discussões sobre o novo marco regulatório do gás natural estarem no radar das petroleiras. Se confirmadas as projeções da Gas Energy, as multinacionais responderão, a partir de 2025, por cerca de 60% da produção gasífera do país e precisarão de mercado para esse volume.

"A principal consequência disso é que se cria uma pressão para a reconfiguração do mercado de gás, para que as empresas tenham condições de vender sua produção no mercado interno", afirma.

O governo espera anunciar, neste mês, um pacote de medidas de abertura do mercado de gás. Uma das propostas em estudo é abrir a capacidade ociosa dos gasodutos para outras empresas. Segundo Guimarães, a reforma do marco regulatório do gás é, hoje, "sem dúvida alguma, o item mais importante da agenda das petroleiras".

"Qualquer empresa comercial quer colocar o seu produto no mercado. Só não coloca se houver barreiras", comenta.

A Equinor, por exemplo, busca mercado para o gás do campo de Carcará, no pré-sal, mas, sem uma solução de monetização, por ora, tem planos de começar a operar a primeira plataforma do projeto, a partir de 2024, reinjetando o gás no campo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Renan Truffi | Do Rio e de Brasília

Título: Estatal pode elevar investimentos e venda de ativos, sinaliza presidente

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que a empresa pretende investir US\$ 105 bilhões e levantar entre US\$ 30 bilhões e US\$ 35 bilhões com o programa de desinvestimentos nos próximos cinco anos. Os números dão um sinal de que a companhia espera intensificar as vendas de ativos e o quanto a petroleira pode elevar o seu atual patamar de investimentos, diante da entrada em caixa dos valores que receberá da cessão onerosa.

Logo após apresentar as cifras, durante audiência na comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, a estatal esclareceu que o atual plano de negócios 2019-2023, no valor de US\$ 84,1 bilhões, está mantido. A empresa, contudo, destacou que o montante pode crescer mais US\$ 21 bilhões, se considerados os valores que devem entrar no caixa da petroleira com o acordo da cessão onerosa e que poderão ser redirecionados para novos investimentos.

Em fevereiro, o executivo já havia antecipado que pretendia utilizar os recursos do acordo da cessão onerosa para adquirir novos ativos no leilão do excedentes, de 28 de outubro. Ao todo, a Petrobras receberá US\$ 9 bilhões da União, pela revisão do contrato da cessão onerosa (que em 2010 deu à companhia o direito de produzir 5 bilhões de barris no pré-sal, como parte da operação que resultou no aumento da fatia da União na empresa), mais uma compensação financeira pelos investimentos feitos nas áreas que serão ofertadas na licitação dos excedentes (volumes que excedem os 5 bilhões previstos no contrato original).

Essa compensação será paga pelas petroleiras que vencerem a rodada e assinarem acordo de coparticipação com a Petrobras nos campos da cessão onerosa. O Santander estima que a estatal pode vir a receber até US\$ 16,4 bilhões. O real valor a ser pago à Petrobras e a data para o pagamento, contudo,

seguem em aberto, já que o valor final será negociado diretamente com as futuras sócias.

Castello Branco assumiu a petroleira, em janeiro, um mês depois do lançamento do atual plano de negócios e, ao tomar posse, disse que poderia fazer "ajustes marginais" no planejamento. Os números apresentados ontem, por exemplo, mantêm o foco dos investimentos em óleo e gás, que devem receber US\$ 90 bilhões dos US\$ 105 bilhões previstos.

Mais recentemente, em maio, ele afirmou que está ajustando o plano de forma gradual. Ontem, o executivo sinalizou que um dos ajustes deve vir do programa de venda de ativos, ao dar novas projeções para os desinvestimentos, acima da meta de US\$ 26,9 bilhões definida no plano 2019-2023. A revisão vem em linha com o discurso adotado pelo executivo desde que assumiu a empresa prometendo intensificar o programa de desinvestimentos da empresa.

"Não há desmonte [da Petrobras], há simplesmente uma gestão de portfólio", defendeu Castello Branco, perante os deputados.

A Petrobras vem intensificando a venda de ativos nos últimos meses. Desde abril, já iniciou seis processos - os primeiros negócios lançados na gestão Castello Branco, sendo três polos de produção terrestre, a Liquigás, Breitener Energética e Companhia MEGA, na Argentina. Além disso, anunciou o registro da oferta subsequente de ações da BR Distribuidora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata | De São Paulo

Título: Contrato de arrendamento gera conflito com Petrobras

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) e a Transpetro, subsidiária da Petrobras, travam uma disputa em torno do contrato de arrendamento da empresa no Porto de Santos, que vence no dia 21 de junho. O valor pago hoje pela estatal é considerado muito inferior ao preço de mercado da área, mas as companhias estão longe de chegar a um acordo, e há risco de judicialização do caso.

A Transpetro ocupa uma área de 250 mil metros quadrados, na zona mais nobre de Alemoa, na margem direita do Porto de Santos, onde a empresa movimenta grânéis líquidos - principalmente derivados de petróleo, como diesel, gasolina e gás natural.

A empresa firmou o contrato original em 1993. Em 1999, fez um aditivo que garantiu a vigência até 2014. Desde o encerramento do prazo, a subsidiária da Petrobras continua operando no local com base em contratos de transição - que dispensam licitação e têm prazo máximo de 180 dias. Até hoje, já foram firmados dez contratos do gênero, sem que uma nova licitação da área fosse realizada.

Hoje, a Transpetro paga R\$ 18 milhões por ano pela área. A Codesp avalia em R\$ 400 milhões anuais o valor correto pelo arrendamento. Após quase três meses de negociações, a empresa aceitou pagar menos de 10% do montante - o que a autoridade portuária não está disposta a aceitar.

"Na prática, o Porto de Santos está subsidiando a Petrobras. Não apenas a Codesp, mas também as empresas que atuam no porto", afirma Casemiro Tércio Carvalho, presidente da companhia docas.

Para ele, contratos como o da Transpetro não poderiam existir, porque acordos de transição pressupõem que há um novo processo de licitação em curso, o que não foi feito pelas últimas gestões da autoridade portuária. "Temos que acabar com esse tipo de 'puxadinho' no porto", diz ele.

O contrato da subsidiária da Petrobras não é o único em revisão. Desde que a equipe de Carvalho assumiu, no início deste ano, já foram renegociados três outros acordos do gênero, com Transbrasa, Pérola e Fibria, que sofreram reajustes de 35%, 67% e 75%, respectivamente. "A ideia é renegociar todos os contratos, à medida que forem vencendo."

A metodologia usada pela autoridade portuária foi a mesma em todos os casos, incluindo o da Transpetro. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) não tem uma regra específica para contratos de transição, mas a Codesp utilizou como base diretrizes do órgão regulador, definidas no manual de Análise para Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e em portarias da agência.

Em termos gerais, o cálculo contabiliza receitas e despesas ao longo do contrato, e traz o montante a valor presente. A taxa de retorno é de 9,38%, índice definido pela Antaq. O valor restante corresponde ao pagamento cobrado pela autoridade portuária. Como acordos de transição não preveem investimento - já que os ativos foram amortizados -, a cobrança tende a ser maior do que em contratos novos. "Não estamos inventando um cálculo, nossas planilhas estão abertas", diz Carvalho.

Procurada pela reportagem, a Transpetro afirmou, em nota, que seu contrato de transição no Porto de Santos é legítimo, que o modelo está regulamentado pela Antaq e é utilizado amplamente em vários portos do país.

A empresa disse que não se manifestaria sobre as negociações, mas disse que a manutenção da operação é "crucial para o abastecimento do mercado nacional". Segundo a nota, a área é responsável pelo abastecimento de São Paulo e do Centro-Oeste, e pelo escoamento das refinarias Presidente Bernardes (em Cubatão), Recap (Mauá), Henrique Lage (São José dos Campos) e Replan (Paulínia).

O Ministério de Infraestrutura e a Antaq estão a par da discussões e já fizeram reuniões para tentar mediar a situação. Procurado, o ministério afirmou, em nota, que a Codesp segue orientações do governo para que haja "adequada precificação para exploração de áreas nos portos públicos", com "contratos mais adequados à realidade de mercado, sem que se coloque em risco as operações".

A Antaq disse em nota que considera legítima a iniciativa da Codesp de repactuar os valores, evidentemente defasados. A agência defende um acordo entre as partes que preserve "a continuidade da operação, com a Transpetro pagando valores de mercado". "Vale frisar que o melhor cenário é possibilidade de uma inexigibilidade de licitação", afirma ainda a nota.

Com o vencimento do contrato próximo e ainda sem uma perspectiva de acordo, a Codesp deverá propor uma arbitragem para evitar a judicialização, segundo Carvalho. Neste caso, as partes decidiriam juntas como ficaria a operação do terminal durante o processo - a decisão teria efeito retroativo a esse período.

A autoridade, porém, já se prepara para o pior cenário: se a arbitragem não for aceita, haverá disputa judicial e, a partir do dia 21, os navios da empresa passarão a ter seu acesso bloqueado.

Carvalho nega que haja risco ao abastecimento do país caso a operação seja afetada. O terminal movimenta derivados de petróleo que poderiam ser substituídos por importações ou trazidos de outros portos via cabotagem ou rodovias, segundo a Codesp. No caso do gás natural, a operação poderia ser feita por outras empresas do mercado, já que o produto é importado, diz a empresa.

A autoridade portuária ressalta que já trabalha em um novo edital que, em tese, poderia ser lançado imediatamente. Após uma sondagem informal no mercado, ao menos dois grupos já teriam demonstrado interesse.

Para o presidente, a relicitação da área ampliaria a movimentação. Como a Transpetro presta serviços só para a Petrobras, o local é subutilizado, e há diversos bolsões com potencial de expansão, afirma o executivo. Um novo arrendatário, diz, adensaria o espaço, tal como fizeram as empresas que operam nas áreas vizinhas à Transpetro. **(Colaborou Carlos Prieto)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Renan Truffi | De Brasília

Título: Castello Branco nega mudança na regra do diesel

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, defendeu ontem que a estatal não deve mexer na fórmula de reajuste dos preços dos combustíveis e argumentou que já foram tomadas todas as medidas possíveis em relação ao diesel, foco de insatisfação de caminhoneiros desde o ano passado. Mesmo diante da pressão da categoria, Castello Branco disse que o problema não é do preço nos postos de gasolina, mas sim do excesso de caminhões para uma demanda menor no mercado.

"Se gerou uma situação clássica de desequilíbrio entre oferta e demanda. Tem mais caminhão do que serviços no mercado. Há muito caminhão batendo lata nas estradas. O tabelamento de frente agravou essa situação. Muito empresário do agronegócio resolveu criar sua própria frota", disse. "A Petrobras pouco pode fazer, acabamos com o reajuste diário do combustível e lançamos o cartão do caminhoneiro", minimizou.

O presidente da estatal falou sobre o assunto, durante audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Ele foi convidado pelos deputados para explicar a elevação dos preços dos combustíveis no País. Na audiência, Castello Branco procurou se contrapor à política de preços do governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo ele, o fato de a gestão petista ter baseado o preço do diesel em seus custos, em vez de usar o mercado global como referência, resultou um prejuízo que varia entre R\$ 100 bilhões e R\$ 180 bilhões para a empresa.

"Os combustíveis são commodities globais, dependem da oferta e demanda global. Se insistirmos na metodologia de custo, estaremos ignorando a regra mais básica da ciência econômica, que é o custo de oportunidade. O que aconteceu entre 2011 e 2014? O governo mandou a Petrobras ignorar a ciência

econômica e basear o preço [dos combustíveis] no custo, isso resultou numa grande perda, de R\$ 100 bilhões, da Petrobras. Aí a Petrobras reconheceu o seu erro e passou a outro extremo, o reajuste diário de preços", disse.

Castello Branco também usou a gestão petista quando o assunto foi a venda de refinarias da petroleira. Questionado sobre o "desmonte" da estatal, ele rebateu que o governo está fazendo, na verdade, uma "gestão de portfólio". "Não vamos vender todas [as refinarias], não vamos sair do negócio de refino. Escuto que há desmonte na Petrobras, não há desmonte nenhum. A companhia pretende investir US\$ 105 bilhões em cinco anos e vender ativos no valor de US\$ 30 bilhões. Desses US\$ 105 bilhões, US\$ 90 bilhões vão ser investidos em petróleo e gás. Não há desmonte, há simplesmente uma gestão de portfólio. É necessário retirar aqueles ativos que nas nossas mãos não são rentáveis e deixar na mão da Petrobras aqueles que são rentáveis", disse.

O presidente da Petrobras ainda respondeu perguntas sobre o mercado de gás natural e reafirmou intenção de "abrir caminho" para a entrada da iniciativa privada no setor. Isso porque, segundo ele, o monopólio do setor não trouxe benefícios nem para a sociedade nem para própria empresa brasileira. "O gás é um negócio em que a Petrobras tem praticamente um monopólio em todas as fases. Isso não se traduziu em nenhum benefício tanto para a sociedade como para a empresa monopolista. Vamos abrir caminho para que a iniciativa privada e investidores privados se juntem a nós, eu não gosto de solidão nos mercados, gosto de companhia", disse.

Sobre esse assunto, ele acrescentou que, apesar da abertura do mercado, a Petrobras deve investir, inclusive, para que a frota de caminhões brasileiros passe a usar gás natural, em vez de diesel.

"Vamos utilizar mais gás e fazer isso através do gás natural liquefeito. Nós podemos adotar tecnologia semelhante a da China, que está fazendo isso. A Petrobras vai fazer esforços para que isso seja viável no país", disse aos parlamentares.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: SBM fecha primeiro contrato após leniência

A Petrobras assinou um contrato com a SBM Offshore para alugar uma nova plataforma para o campo de Mero (ex-Libra), no pré-sal da Bacia de Santos. Com o acordo, o grupo holandês volta a fechar um contrato no Brasil depois de três anos sem encomendas no país. As últimas unidades contratadas pela estatal junto ao grupo holandês foram as embarcações Cidade de Maricá e Cidade de Saquarema, entregues em 2016.

Foram seis anos sem assinar um contrato no Brasil. A contratação de Mero 2 se dá cerca de um ano após a SBM assinar acordo de leniência de R\$ 1,2 bilhão, autorizando a companhia a fechar novos contratos no país. A empresa ficou, entre 2014 e 2018, impedida de contratar com a Petrobras, devido ao envolvimento num esquema de corrupção no Brasil. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), US\$ 42 milhões foram pagos em propina, entre 1997 e 2012, por meio de agentes comerciais para obtenção de informações privilegiadas nas licitações da estatal.

"Mero 2 é um marco. É muito importante para a SBM, não só porque o Brasil é o nosso maior mercado, mas é importante também para reter nossos talentos no país. Voltamos a ter oportunidades de crescimento", disse o presidente da SBM no Brasil, Eduardo Chamusca, ao **Valor**.

O executivo destacou que, além de Mero 2, a empresa monitora outras oportunidades de negócios no pré-sal brasileiro.

"Estamos no aguardo da nova rodada de contratações da Petrobras, para os projetos de Itapu e Mero 3, além dos projetos de águas profundas no Sergipe e de outros operadores, como a Equinor, em Carcará, e Shell, em Gato do Mato", comentou.

Mero 2 será entregue em 2022 e terá contrato de afretamento de 22,5 anos. Hoje, o grupo holandês possui contrato para aluguel de outras sete embarcações no Brasil, sendo seis para a estatal e uma para a Shell.

O mercado brasileiro responde por 42% das receitas globais da empresa. Em 2018, o aluguel de plataformas no país rendeu US\$ 723 milhões em receitas para a holandesa. Ao todo, a holandesa possui cerca de 1,8 mil funcionários no Brasil.

Chamusca conta que as obras de construção de Mero 2 se concentrarão nos estaleiros da Ásia. A expectativa é que alguns módulos da embarcação sejam contratados no Brasil, mas o número dos itens a serem encomendados localmente ainda não está definido.

"Será o mesmo padrão de construção das plataformas que fornecemos à Petrobras anteriormente. O contrato será gerido na Ásia, dividindo o escopo dos

módulos entre Brasil e Ásia. Só que a magnitude de módulos construídos no Brasil será menor, porque os percentuais de conteúdo local foram reduzidos", afirmou Chamusca.

Além de Mero 2, a SBM possui hoje outras duas plataformas em fase de construção, no mundo, ambas para o projeto de Lysa, operado pela ExxonMobil na Guiana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Gerdau negocia aquisição da Silat, laminadora de aço do grupo Añón

Após um longo período de desinvestimentos de ativos de baixa rentabilidade na Europa, EUA, América Latina e Índia, o grupo Gerdau está voltando às compras no Brasil. O **Valor** apurou que a companhia está negociando a aquisição da Siderúrgica Latino-Americana (Silat), localizada em Caucaia, no Ceará, que pertence ao grupo espanhol Hierros Añón.

A Silat, criada em 2011 e com início de operação em meados de 2014, é produtora de aços longos, produto usado na construção civil. A empresa tem capacidade instalada anual para fazer 600 mil toneladas de vergalhões e fio-máquina e 60 mil toneladas de malhas eletrosoldadas. O grupo investiu centenas de milhões de reais no projeto, recebeu incentivos governo cearense e uma participação acionária de 10% por meio da Adece (agência estadual).

A companhia disputa o mercado das regiões Nordeste e Norte e fica a cerca de 20 km da Gerdau Cearense, siderúrgica que o grupo gaúcho opera há várias décadas no Ceará e faz por ano 160 mil toneladas de produtos laminados.

O grupo Añón tinha um projeto mais ousado para o Brasil, desenhado em várias fases: além da fábrica atual, instalar uma aciaria de tarugos e até fazer aços planos laminados no Ceará, com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão. Porém, com a crise do país, investiu apenas na laminadora de vergalhões e fio-máquina, usando como matéria-prima tarugo importado. No início, trazia da China.

A operação da Silat, no entanto, não se mostrou competitiva nesse modelo e o grupo conduzido por Manuel Añón decidiu se desfazer do negócio e concentrar o foco na Espanha, principalmente na região da Galícia. Por isso, a empresa estaria produzindo em torno de um quinto da capacidade - cerca de 100 mil toneladas.

Para a Gerdau, o ativo é interessante, pois fortalece sua posição na região Norte-Nordeste. Poderia suprir a fábrica da Silat com tarugos produzidos em Ouro Branco (MG), na Gerdau Açominas.

Segundo fontes do setor, o valor do negócio com a Gerdau é da ordem de US\$ 100 milhões. A venda da Silat teria atraído também o grupo mexicano Simec, que chegou a ter negociações avançadas com o Añón e fechar, verbalmente, os termos de uma proposta na faixa de US\$ 80 milhões. Mas as conversas foram suspensas pelo vendedor ante uma oferta mais atrativa da Gerdau. A Simec levaria matéria-prima de sua fábrica de Cariacica (ES) e entraria no Nordeste.

Procurada, a Gerdau informou que "não comenta rumores de mercado". Um representante de Manuel Añón na Silat disse que a empresa não comentaria o assunto. A Simec não se pronunciou a respeito. A Adece informou que não tinha conhecimento da venda do controle da Silat até agora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Rochelle Toplensky | Financial Times, de Bruxelas

Título: União Europeia proíbe fusão entre ThyssenKrupp e Tata

A União Europeia vetou ontem a histórica fusão siderúrgica entre a alemã ThyssenKrupp e a indiana Tata Steel, sob o argumento de que a aliança teria resultado em diminuição da concorrência e aumento dos preços. A decisão já era esperada, uma vez que as empresas haviam desistido em maio dos planos de fusão, após concluírem que as vendas de ativos necessárias para conseguir a aprovação enfraqueceriam "a lógica econômica da joint venture", segundo a Thyssen.

As autoridades antitruste europeias queriam que as empresas vendessem operações significativas para mitigar o temor de que o empreendimento conjunto, com participação de 50% de cada lado, reduziria as alternativas no mercado e elevar os preços dos aços especiais, usados na indústria automotiva, e do aço revestido, usado para a embalagem de alimentos. A fusão teria criado a segunda maior produtora de aço da Europa.

"Milhões de pessoas na Europa trabalham nesses setores e empresas dependem de preços competitivos do aço para vender na esfera mundial", disse a comissária de Concorrência da UE, Margrethe Vestager. "Sem exigências para

resolver nossas sérias preocupações sobre competição, a fusão entre Tata Steel e ThyssenKrupp teria resultado em preços mais altos", disse.

Os opiniões de clientes, rivais e outros envolvidos no mercado confirmaram o ponto de vista dos técnicos da UE de que as vendas de ativos propostas pelas empresas eram insuficientes para solucionar a questão. Vestager disse que os clientes industriais dos setores automotivo e de embalagens de alimentos informaram que "não poderiam recorrer a importações" em razão dos longos tempos de produção, do grau de certeza de fornecimento e da menor qualidade do serviço.

"O excesso de capacidade [produtiva] não é o mesmo em todos os tipos de aço [...] as importações de maior valor e de produtos de aço mais complexo, como esses usados pelas indústrias automotiva e de embalagem de alimentos, continuaram limitadas", afirmou ela. Ainda assim, especialistas têm defendido em geral a consolidação do setor siderúrgico como forma de lidar com o excesso de capacidade de produção, as importações baratas e as tarifas de importação aplicadas pelos Estados Unidos.

As solicitações para a aprovação da UE normalmente são retiradas uma vez que os planos de fusão são abandonados, mas as empresas não o fizeram formalmente, então Bruxelas teve que proibir o acordo de forma oficial.

O veto à transação pode reforçar as vozes a favor da revisão das regras de aprovação de fusões da UE, que começaram a se sobressair após a decisão de Vestager, em fevereiro, de proibir a fusão das operações ferroviárias da Siemens e da Alstom. A UE proibiu dez fusões nos últimos dez anos, incluindo o veto à da Thyssen e Tata, mas no mesmo período aprovou mais de 3 mil transações, 90% delas de forma incondicional. "Proibições são muito raras", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Internacional

Autor: Por Agências internacionais

Título: Reino Unido promete zerar emissões

O Reino Unido será o primeiro país do G-7 (grupo dos mais industrializados a adotar uma lei para zerar as emissões de gases do efeito estufa em 2050 para combater a mudança climática. A premiê Theresa May envia hoje ao Parlamento britânico o projeto de lei que visa eliminar a contribuição do país na elevação da temperatura global.

"Alcançar emissão zero em 2050 é uma meta ambiciosa, mas é crucial para garantir que iremos proteger nosso planeta para as gerações futuras", disse May em nota.

Atualmente, o Reino Unido tem como meta reduzir em 80% as emissões até 2050 - em relação aos níveis de 1990. No mês passado, a comissão sobre mudança climática do país, um órgão independente, recomendou a adoção da meta zero, que vai exigir aumento na geração de energia renovável.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Volume de etanol vendido pelas usinas do Centro-Sul do país bate novo recorde

As usinas do Centro-Sul venderam em maio uma quantidade recorde de etanol ao mercado interno, superando até os níveis já elevados da safra passada (2018/19) diante da forte demanda doméstica e da menor competição com importações.

Somando o etanol hidratado (que compete com a gasolina) e o anidro (misturado ao combustível fóssil), foram vendidos 2,9 bilhões de litros, 51% a mais do que no mesmo mês do ano passado, segundo a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Apenas as vendas de hidratado no mercado interno alcançaram 2,1 bilhões de litros.

Conforme Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica, houve um aumento das vendas para a recomposição dos estoques das distribuidoras e também do etanolduto que capta biocombustível em Uberaba, Ribeirão Preto e Paulínia e o distribui a importantes centros, como a região metropolitana de São Paulo e Campinas.

De acordo com dados do site da Logum, consórcio que administra os dutos, o sistema recebeu 279,4 milhões de litros de etanol em maio, quase o dobro (95%) do recebido no mesmo mês do ano passado. No acumulado da safra 2019/20 (desde abril), o volume recebido pelos dutos foi 55,6% maior do que um ano atrás, somando 401,1 milhões de litros.

Também houve mais vendas ao Nordeste e ao Norte - regiões que estão em entressafra -, em um espaço deixado pela recuo da importação de etanol. Desde que começou a safra do Centro-Sul, em abril, o país reduziu em 17% o volume de etanol importado (que costuma ir majoritariamente para os mercados

nortista e nordestino), apesar de um crescimento em maio, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia.

O aumento das vendas ocorre em meio a preços mais altos do etanol, dada a alta demanda. Desde o início da safra, o valor médio do indicador Cepea/Esalq para o hidratado em São Paulo está 9,7% maior do que um ano antes, em R\$ 1,73 o litro.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/06/2019
Seção:	Finanças
Autor:	
Título:	Destaques

Ações da CPFL Energia

A chinesa State Grid aceitou reduzir a faixa de preço das ações da CPFL Energia para um valor entre R\$ 27 e R\$ 29 na oferta subsequente de ações ("re-IPO") que será lançada, apurou o **Valor**. Com isso, a expectativa é que a operação seja concretizada nesta quarta. Conforme duas fontes, com a redução da faixa indicativa as ordens se aceleraram entre o fim da segunda-feira e terça, com demanda pelo piso do novo intervalo. A operação foi lançada em 30 de maio com preço por ação entre R\$ 29,30 e R\$ 35,30. O processo de coleta de intenções de investimentos junto a investidores ("bookbuilding") termina nesta quarta, quando será definido o preço por ação. Como serão emitidas 116,8 milhões de ações, com a nova faixa de preço, a CPFL deve levantar de R\$ 3,15 bilhões a R\$ 3,4 bilhões. Considerando os lotes adicional e suplementar, o montante pode subir a até R\$ 4,5 bilhões. **(Camila Maia e Maria Luíza Filgueiras)**

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/06/2019
Seção:	Legislação e Tributos
Autor:	Beatriz Olivon De Brasília
Título:	Ministros voltam a analisar dívida tributária da CPFL

A maioria dos ministros da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) votou para manter uma autuação fiscal de R\$ 511 milhões, em valores atualizados, aplicada contra a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Faltam apenas dois

votos para a conclusão do julgamento, que foi retomado ontem e suspenso por novo pedido de vista. Desta vez, do ministro Og Fernandes.

A sessão foi retomada com o voto-vista do ministro Mauro Campbell Marques. Tanto ele quanto o ministro Herman Benjamin seguiram o relator, ministro Francisco Falcão, que negou o pedido da empresa. Os ministros que já votaram poderão reformar sua posição até a conclusão do julgamento, o que, no entanto, não é comum.

A discussão envolve aportes que a CPFL se comprometeu a fazer, a partir de 1997, no plano de previdência fechada de seus funcionários, gerido pela Fundação Cesp. Para eliminar déficit de R\$ 426 milhões, seriam feitos desembolsos por 20 anos. De acordo com o processo, a empresa desconsiderou valores relativos à "déficit técnico atuarial de plano de suplementação de aposentadorias e pensões de seus empregados".

No ano seguinte, a CPFL deduziu integralmente da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL o valor total dos aportes e foi autuada pela Receita Federal. No processo, alega que fez os desembolsos dentro do contexto de privatizações realizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e que havia uma solução de consulta favorável à operação.

Após decisões contrárias, apresentou recurso em mandado de segurança ao STJ (REsp 1.582.681 e REsp 1.644.556). No processo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) alega que, em 1997, ocorreu pagamento de apenas R\$ 8,5 milhões e também não ocorreu novação da dívida - que afastaria a tributação no caso, segundo a solução de consulta apresentada pela companhia e contestada pela Fazenda.

Ao analisar o caso, o relator do caso, ministro Francisco Falcão, entendeu que o STJ não poderia reavaliar provas. A questão jurídica, acrescentou, atrai a necessidade de exame do conjunto probatório, incluindo contratos e documentos. Porém, conheceu em parte do recurso e negou-lhe provimento.

Sobre o mérito, o ministro considerou a autuação fiscal válida. Ele levou em conta o fato de a dívida não ter sido quitada e a forma como foi feita a consulta à Receita Federal. De acordo com ele, a empresa não seguiu o procedimento para pareceres administrativos e recorreu diretamente ao então secretário do órgão.

Além disso, acrescentou, haveria imprecisões no requerimento, o que teria induzido o órgão a erro. A CPFL, segundo o relator, teria deixado de mencionar fatos que depois foram verificados na fiscalização. "Se a consulta tivesse sido feita de forma correta, transtornos teriam sido evitados", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/06/2019

Seção: Internacional

Autor: Ron Bousso | Reuters, de Londres

Título: Mudança climática eleva consumo de energia, diz BP

Temperaturas extremas em todo o planeta levaram a uma forte aceleração da demanda de energia e das emissões de carbono no ano passado, informou ontem a gigante do petróleo BP, ao publicar um duro alerta de que o mundo corre o risco de perder a batalha contra a mudança climática.

Em seu relatório anual, Revisão Estatística sobre a Energia Mundial de 2019, o economista-chefe da BP, Spencer Dale, diz que, embora 2018 tenha visto outro aumento no uso de energias renováveis, como a solar e a eólica, o crescimento continuado do consumo de petróleo, gás e carvão significou que, de forma geral, o conjunto energético no mundo "infelizmente" se manteve inalterado.

O aumento de 2,9% na demanda de energia em 2018 foi o mais intenso desde 2010 e é um golpe nos esforços globais para cumprir o Acordo de Paris, adotado em 2015, na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que prevê reduzir fortemente as emissões de carbono até o fim do século para limitar o aquecimento global.

China, Índia e EUA foram responsáveis por cerca de dois terços do crescimento da demanda de energia. Nos EUA, a demanda subiu 3,5%, ritmo mais forte em 30 anos, após uma década de quedas.

Em virtude do maior consumo de energia, as emissões de gases que causam o efeito estufa por meio da queima de combustíveis fósseis - que representam cerca de dois terços do total de emissões - cresceram 2% no ano passado. Este foi o maior aumento desde 2011 e é o equivalente à expansão da frota global de carros de passeio em cerca de 30%, ou pouco menos de 400 milhões de unidades.

"Está claro que estamos num caminho instável, com as emissões de carbono aumentando ao ritmo mais rápido desde 2011", disse Dale. A BP, com sede em Londres, e as firmas rivais de petróleo e gás têm enfrentado crescentes pressões

de investidores e ambientalistas para atingir as metas do Acordo de Paris sobre mudança climática.

No começo deste ano, a BP concordou em ampliar sua transparência com relação a emissões, definir metas para reduzi-las e mostrar como os investimentos futuros cumprem as metas do Acordo de Paris. Mas investidores e ativistas consideram que a empresa precisa fazer mais do que isso.

Historicamente, o consumo de energia está ligado de forma estreita ao crescimento econômico. Apesar da atividade econômica mundial ter esfriado no ano passado, o crescimento na demanda de energia foi impulsionado pelo aumento do número de dias anormalmente quentes e frios ao redor do mundo, especialmente na China, EUA e na Índia, o que levou os consumidores a usar mais energia para refrigeração e aquecimento.

"Se há uma ligação entre os crescentes níveis de carbono na atmosfera e os tipos de padrões de clima observados em 2018, isso eleva a possibilidade de um preocupante círculo vicioso", disse Dale. Isso pode levar a um crescimento mais forte na demanda por energia e nas emissões de carbono, com as famílias e empresas buscando compensar os efeitos das temperaturas mais extremas, acrescentou.

Partes do hemisfério norte foram atingidas por frentes frias muito intensas no inverno passado, seguida por temperaturas altas recordes no verão, que resultaram em vastos incêndios e secas. No EUA, segundo a BP, o número combinado de dias usando aquecimento ou esfriamento foi o mais alto desde os anos 50.

O relatório da BP mostrou um aumento na produção de petróleo e gás, motivado em grande parte pela expansão vertiginosa da produção americana de xisto.

Enquanto a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a Rússia e outros produtores continuam a reduzir sua produção de petróleo na tentativa de elevar os preços, companhias americanas estão aumentando a produção rapidamente, em especial a da prolífica Bacia Permiana, no oeste do Texas e no Novo México. Como resultado, a oferta global de petróleo aumentou em 2,2 milhões de barris por dia, mais do que o dobro de sua média histórica. O boom nos EUA foi responsável por quase metade do aumento sem precedentes na oferta de gás natural, que cresceu 5% em 2018.

As energias renováveis cresceram 14,5% e ficaram perto da alta recorde de 2017. Mas sua participação na geração de energia continuou praticamente inalterada, representando cerca de um terço.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/06/2019****Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA****Título: Petrobrás ganha prazo até 2021 para vender oito refinarias**

Acordo com o Cade determina que petroleira abra mão de metade da capacidade; cerimônia gerou constrangimento

A Petrobrás terá até o fim de 2021 para vender oito refinarias, que representam quase metade de sua capacidade atual. O prazo foi acordado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que aprovou ontem entendimento com a empresa, conforme antecipado pelo Estadão/Broadcast. Em troca da venda das refinarias, o Cade encerrou investigação contra a Petrobrás, aberta em dezembro. De acordo com Alexandre Barreto, presidente do conselho, se a Petrobrás fosse condenada, a multa poderia ficar em cerca de R\$ 10 bilhões, até o limite de R\$ 60 bilhões.

Para incentivar a concorrência, os ativos da estatal em uma mesma região geográfica não poderão ser vendidos a um mesmo comprador. Quem comprar uma refinaria no Paraná, por exemplo, não poderá levar também a do Rio Grande do Sul. "O acordo representa a abertura do mercado de refino no Brasil e as expectativas são menores preços e maiores investimentos do setor. É um jogo que só tem vencedores", afirmou Alexandre Cordeiro, superintendente-geral do Cade. Na prática, o acordo foi o instrumento escolhido pelo governo para tocar o plano de vendas da Petrobrás.

A estatal manterá refinarias em São Paulo e Rio de Janeiro e uma no Nordeste. Dois conselheiros votaram contra o acordo, mas quatro foram favoráveis. "A proposta encerra investigação no Cade por decisão do próprio governo federal e da Petrobrás e não tem relação com o processo do conselho, que se encontra em fase bastante preliminar", disse o conselheiro João Paulo Resende. Além dele, a conselheira Paula Azevedo votou contra a homologação por entender que não houve conclusão da investigação nem apontamento de conduta anticompetitiva. A celebração do termo de compromisso gerou um fato inusitado no Cade.

Foi uma das poucas vezes – se não a única – em que o presidente de uma empresa investigada sentou-se à tribuna do conselho para comemorar um acordo firmado com o órgão. Após a homologação, o presidente do Cade pediu que os conselheiros dessem lugar ao presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, ao diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, e a representantes do

Ministério da Economia para uma assinatura simbólica do acordo. Houve constrangimento: parte dos conselheiros deixou o plenário e voltou depois.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/06/2019

Seção: Política

Autor: Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Título: Políticos do PP viram réus por 'quadrilhão'

Segunda Turma do Supremo aceita denúncia contra parlamentares por organização criminosa

Por 3 a 2, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra o líder da Maioria na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PB), os deputados Arthur Lira (AL) e Eduardo da Fonte (PE) e o senador Ciro Nogueira (PI), todos do PP. Os quatro foram colocados no banco dos réus pelo crime de organização criminosa, conforme denúncia apresentada pelo ex-procurador-geral Rodrigo Janot em setembro de 2017. De acordo com a Procuradoria, os parlamentares participaram de um esquema de corrupção iniciado em 2006 e que se estendeu até 2015.

A denúncia foi fundamentada nas delações do ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa. Os parlamentares são acusados de participar de um esquema de "cometimento de uma miríade de delitos" e arrecadação de propina por meio da utilização de diversos órgãos da administração pública, como Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades. Para a Procuradoria, a organização criminosa teria sido concretamente estruturada após a eleição, em 2002, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), condenado e preso na Operação Lava Jato. Pesam contra os parlamentares diversas acusações.

Arthur Lira é acusado de receber vantagens indevidas por meio de doações eleitorais oficiais, em um total de R\$ 2,6 milhões. De acordo com a denúncia, Ciro Nogueira solicitou e recebeu da empreiteira UTC Engenharia um total de R\$ 1,875 milhão. Contra Aguinaldo Ribeiro a acusação foi a de "ordenar a captação e o repasse da propina" decorrente de contratos relacionados à Diretoria de Abastecimento da Petrobrás, em um esquema que também teria beneficiado Eduardo da Fonte. Na sessão de ontem, os ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia acompanharam o entendimento do relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, a favor de colocar os parlamentares no banco dos réus.

Os ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski defenderam a rejeição da denúncia. Defesas. O advogado Pierpaolo Bottini, defensor de Arthur Lira, disse

que respeita a decisão, mas "reitera que os fatos imputados ao deputado já foram analisados antes e arquivados pelo mesmo tribunal, como destacado pelos ministros que votaram pelo arquivamento". Aguinaldo Ribeiro disse que vai recorrer porque, segundo ele, não há provas de cometimento de crimes. "Todos os votos, mesmo os que receberam a denúncia, reconheceram não haver provas." "Agora teremos a oportunidade de esclarecer, detalhadamente, todos os fatos. Acredito na justiça e tenho certeza de que a verdade vai prevalecer", disse o deputado Eduardo da Fonte. Ciro Nogueira não respondeu até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Nicola Pamplona

Título: Acordo libera venda de refinarias da Petrobras

Acerto entre Cade e estatal cria restrições para evitar monopólios regionais no refino e estabelece 2 anos para negociação

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO- A Petrobras e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) assinaram nesta terça-feira (11) acordo que estabelece regras para a venda de 8 das 13 refinarias da estatal. Os termos devem ser usados como base para processo similar no mercado de gás natural.

O acordo prevê prazo de dois anos para a venda das refinarias e cria restrições para tentar evitar a formação de monopólios regionais privados no mercado de refino.

A proposta de venda de oito refinarias foi anunciada pela estatal em abril, como parte de seu plano de desinvestimentos. As unidades têm capacidade para processar 1.1 milhão de barris de petróleo por dia, o equivalente à metade da capacidade nacional de refino.

A Petrobras quer se desfazer de refinarias nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte e manter o controle sobre as unidades em São Paulo e no Rio.

Com o acordo, o Cade suspende inquérito administrativo que investiga oposição do-
minante da estatal na produção de combustíveis — que, se levado a julgamento, poderia culminar em "condenação histórica" da empresa, segundo fontes envolvidas no processo.

Liderado pelo Cade, o acordo é uma forma de quebrar o monopólio da Petrobras no refino e vinha sendo discutido desde 2018, durante a paralisação

dos caminhoneiros. O tema ganhou força após a eleição de Jair Bolsonaro e a nomeação de economistas liberais para o Ministério da Economia e o comando da estatal.

A lista de ativos de refino à venda inclui a Refinaria Abreu e Lima (Rnest), a Unidade de Industrialização de Xisto (SIX), a Refinaria Landolfo Alves (Riam), a Refinaria Gabriel Passos (Regap), a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Re-par), a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), a Refinaria Isaac Sabbá (Reman) e a Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor).

Pela minuta do acordo, a que a Folha teve acesso, a Petrobras se comprometeu a chamar interessados para a mesa de negociação até o fim do ano. Todos os acordos de compra e venda terão de estar assinados até o final de 2020. As transações precisam ser definitivamente efetivadas (pagamentos) até o fim de 2021.

Pela engenharia definida pelo Cade, nenhum interessado poderá ter ligações com a Petrobras, direta ou indireta. O mesmo comprador não poderá adquirir blocos de refinarias em uma mesma região, para evitar concentração.

Em até um ano e meio, a estatal terá de contratar uma empresa que fará o monitoramento das negociações da Petrobras com os interessados.

Até a completa transferência do controle das refinarias, a Petrobras terá de garantir contratos de serviço transitório a fim de preservar a competitividade das empresas vendidas. Também não poderá adotar nenhuma medida ao longo desse processo que derrube o valor das refinarias, sob pena de ter seu acordo com o Cade cancelado e multa.

Na semana passada, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que não é necessária a anuência do Congresso para a venda de subsidiárias de estatais, destravando uma série de processos de venda na Petrobras, como a malha de gasodutos do Norte e Nordeste (já negociada por R\$ 33 bilhões), a empresa de gás de botijão Liquegás e o controle da BR Distribuidora.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Eloísa Machado e Livia Guimarães

Título: Opinião : Decisão do STF sobre subsidiárias facilita desmonte estatal

Coordenadora e pesquisadora do Supremo em Pauta FGV Direito SP

O STF estabeleceu parâmetros básicos para a venda de ações de empresas públicas e de sociedades de economia mista, bem como de suas subsidiárias. Segundo a decisão que confirmou parcialmente medida cautelar concedida por Ricardo Lewandowski em junho de 2018, a venda de ações que importe alteração de controle acionário de estatais só pode ser feita se houver autorização prévia por legislação e licitação.

O caso mostrou uma tensão entre concepções muito distintas sobre o papel do Estado na economia: de um lado, os que identificam uma função importante a ser exercida pelo Estado no desenvolvimento econômico e social do país; de outro, aqueles que acreditam que o setor privado é fonte de todas as virtudes, ponto de relegar à Petrobras — vítima de vários crimes desvendados pela Lava Jato — condição de vilã de história.

Ao corroborar em parte a liminar, a maioria do tribunal reafirmou os parâmetros expressos na Constituição de 1988 e decidiu que há necessidade de uma lei prévia autorizando a venda de controle acionário das empresas matriz.

Isso significa dizer que o Executivo não pode, isoladamente mediante decreto, promover tal alienação, devendo necessariamente compor essa decisão com a vontade do Legislativo. Além disso, ela deve ser necessariamente feita mediante licitação.

A grande discussão, entretanto, focou a possibilidade de venda de subsidiárias. Decidiu-se pela dispensa de prévia autorização legislativa para a venda de subsidiárias, bem como a dispensa de licitação, desde que assegurada a moralidade administrativa e a competitividade do procedimento.

A liberação da venda de subsidiárias sem processo licitatório facilita o desmonte estatal mediante privatizações e desregulações presentes da agenda do atual governo, que comemorou a medida mesmo sendo uma vitória parcial.

A decisão do Supremo chega a mencionar que a venda de subsidiárias não pode ser um subterfúgio para esvaziamento da empresa matriz, mas não chegou a construir nenhuma regra para isso, indicativo de que o tema poderá ser retomado quando o Supremo decidir julgar definitivamente a questão.

O julgamento foi dividido e é um exemplo das limitações que o Supremo tem em compor uma decisão coerente advinda da soma de votos díspares. Mostrou, também, que a Constituição é capaz de resistir à sanha de gestores, legisladores e juízes quando suas regras são claras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 12/06/2019**Seção:** Opinião**Autor:** Antonio Delfim Netto**Título:** Boa semana

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici). Escreve às quartas

Quando olhamos o panorama da sociedade brasileira construído entre 2012 e 2016, tomamos consciência da gravidade do problema que temos de resolver:

1. uma queda de 6,7% do PIB per capita; 2. uma monstruosa tragédia estampada em 13 milhões de desempregados; 3. a política laxista que entregou meio trilhão de reais ao BNDES para financiar a construção de "campeões nacionais" com endividamento público; 4. e o congelamento dos parques investimentos públicos improdutivos em um número desconhecido de obras inacabadas (fala-se em pelo menos 7.000!) sem projetos.

A síntese é curta: União, estados e municípios estão em situação falimentar! Como há pouco a esperar dos investimentos públicos, devido ao crescimento endógeno de suas despesas correntes, a voltado crescimento econômico orgânico, robusto, equânime e sustentável só pode vir destas duas fontes:

1. de investidores nacionais ou estrangeiros assumirem a execução dos projetos de infraestrutura, o que depende da absoluta segurança jurídica promovida pelo STF e da regulação por agências com poder de garantir o justo equilíbrio de contratos que durarão 20 ou 30 anos;

2. e da construção de um inteligente programa de integração das cadeias produtivas nacionais ao comércio mundial, para ampliar as exportações.

Na semana passada, demos dois passos importantes nessa direção.

Primeiro, aprovamos a lei que instrumentalizará as agências reguladoras independentes com autonomia e poder para regular os contratos de infraestrutura, o que lhes dará maior efetividade e o s suj eitará ao controle quantitativo e qualitativo na execução do projeto.

Segundo, vimos o Supremo comportar-se como a corte constitucional implícita na Constituição de 1988.

Foi no julgamento da legalidade da venda da TAG (Transportadora Associada de Gás), da Petrobrás, que havia sido suspensa por um despacho monocrático de

um ilustre ministro, com graves inconvenientes para a vendedora e para o corajoso comprador (a empresa Engie, bem-sucedida no campo de energia no Brasil), que havia vencido o certame com uma oferta de US\$ 8,6 bilhões.

O pleno do STF, por ampla maioria, decidiu que subsidiárias de empresas estatais podem ser alienadas sem autorização legislativa.

Os debates revelaram, com clareza, como a ideologia do juiz lhe dá leituras diferentes do mesmo texto, todas com razoabilidade. O debate explícito e visível foi bom porque passou uma divergência natural e tranquilizadora para o cidadão, que percebeu que as decisões sobre seus direitos são produto de cuidadoso escrutínio sob diferentes formas de ver o mundo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Prospecção

Painel

Auxiliares de Jair Bolsonaro esperam com otimismo decisão do Supremo desta quarta (12). Os ministros dirão se a Petrobras pode ceder partes de áreas de exploração sem passar pela lei de licitações. Isso destravaria a venda de parte do campo de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos (RJ), por exemplo.

Prospecção 2

A petroleira também poderia, em campos nos quais opera em sociedade com outros grupos, contratar serviços e equipamentos sem fazer concorrência. A burocracia atual afugentaria parceiros.

com Mariana Carneiro e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Leda Antunes

Título: Brumadinho e chuvas fazem indústria do Pará ter pior resultado em 17 anos

No mês de abril, setor industrial registrou alta em 10 das 15 regiões pesquisadas pelo IBGE

Rio de Janeiro- Chuvas e paralisações ocorridas devido ao rompimento da barragem em Brumadinho fizeram a indústria do Pará ter o pior resultado em 17 anos. No estado, o setor despencou 30,3% em abril, na comparação com março, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta terça-feira (11).

Foi o terceiro mês seguido de baixa na indústria paraense e o pior desempenho observado desde o início da série histórica do IBGE, em 2002.

Como a extração de minério de ferro representa 85% da indústria do Pará, oscilações na atividade têm forte impacto no resultado estadual, diz o instituto. Nos quatro primeiros meses do ano, a perda acumulada no estado é de 7,8%.

Já em São Paulo, houve recuperação do recuo registrado em março. A indústria paulista cresceu 2,4% em abril, influenciada pela retomada da produção nas montadoras. Foi o melhor resultado no estado desde junho de 2018, quando a recuperação das perdas pela paralisação dos caminhoneiros gerou alta de 13,8%.

Em março, a indústria de veículos caiu devido a greves de trabalhadores e às chuvas que alagaram pátios de montadoras no ABC paulista.

"A indústria de veículos automotores apresenta alta volatilidade neste ano. Isso pode ser explicado pela demanda doméstica e a crise na Argentina", diz Bernardo Almeida, analista da pesquisa do IBGE,.

Mesmo assim, o resultado da indústria paulista em abril está 19,3% abaixo do índice mais alto da série histórica, observado em março de 2011.

A produção industrial do país melhorou em abril, com alta de 0,3%. Houve avanço em 10 das 15 regiões pesquisadas pelo IBGE. As maiores altas ocorreram em Pernambuco (8,3%), Bahia (7,4%) e Mato Grosso (5,1%), revertendo baixas observadas em março.

A indústria baiana foi destaque, após queda do período anterior de 10%, com influência positiva da produção de derivados do petróleo.

Além do Pará, os demais resultados negativos na comparação mensal ocorreram em Espírito Santo (-5,5%), Rio (-4,5%), Goiás (-1,4%) e Amazonas (-1,2%). Assim, o cenário nacional acumula baixas em 2019. Nos primeiros quatro meses do ano, 11 das 15 regiões pesquisadas acumulam baixas. "O cenário de incertezas causa decisões de consumo retraídas", afirma Almeida.

Na comparação com abril de 2018, o resultado nacional é de queda de 3,9% — o pior abril da série histórica nessa base de comparação. Houve recuo na produção em 9 dos 15 locais pesquisados.

Pará (-31%), Espírito Santo (-18%) e Minas Gerais (-10,9%) tiveram quedas na ordem de dois dígitos, influenciados pela paralisação de plantas de exploração de minério de ferro, consequência do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), que deixou até o momento 245 mortos e 25 desaparecidos.

Já as principais influências positivas no país na comparação anual foram registradas no Ceará (6,5%) e no Rio Grande do Sul (6,3%), impulsionados por indústria de metal, couro, artigos de viagem, calçados e bebidas para o primeiro; e de veículos automotores e produtos químicos, para o segundo, diz Almeida.

Para maio, no entanto, a situação ainda será ruim, indica pesquisa da consultoria IHS Markit. O índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês), calculado pela consultoria, caiu a 50,2 no mês, ante 51,5 de abril. É o número mais baixo em 11 meses e está próximo da estagnação — quando o índice atinge amarra de 50.

A confiança do investidor continua instável, segundo o Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Já o índice de confiança do empresário da indústria caiu 0,7 ponto em maio, para 97,2 pontos.

"As expectativas da indústria retratam o empresariado ainda pessimista em relação aos próximos meses", disse Aloísio Campeio Jr., superintendente de estatísticas públicas do Ibre/FGV. Em maio, a confiança caiu em 10 dos 19 segmentos industriais pesquisados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Liminar

PAINELS.A.

O ministro do STF Gilmar Mendes suspendeu nesta terça as quebras de sigilo fiscal e bancário do ex-presidente da Vale, Sergio Schvartsman. A decisão contraria a CPI de Brumadinho (MG), que havia aprovado a medida no último dia 4.

Justificativa

O ministro afirma na decisão que os dados não são necessários para a investigação e que, neste caso, prevalece o direito à intimidade. Também foi o ministro do STF o relator do habeas corpus que liberou, no fim de maio, o executivo de depor à CPI da Câmara que investiga a tragédia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/06/2019

Seção: Economia

Autor: DANIEL GULLINO E RENATA VIEIRA

Título: Petrobras diz que fez o possível para reduzir preço

Presidente da estatal afirma que companhia já perdeu R\$ 180 bilhões com a política de interferência no valor dos combustíveis, principalmente entre 2011 e 2014. Empresa fecha acordo com o Cade e se compromete a vender 8 refinarias

BRASÍLIA- O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou ontem que a empresa já fez o possível para reduzir os preços de combustíveis, como diesel e gasolina, em audiência na Comissão de Minas e Energia na Câmara. Ele ressaltou que o valor final do produto depende de fatores externos e que seu objetivo é não deixar que a cotação seja maior do que a média internacional.

— O preço do diesel era superior ao preço de paridade internacional. Recentemente, ele tem sido igual. O que era possível fazer no nosso âmbito, fizemos. O mesmo se aplica à gasolina — afirmou Castello Branco.

O executivo ponderou que, apesar das iniciativas, estes produtos são commodities globais, como soja e milho, e dependem de oferta e demanda global.

— O que podemos fazer para melhorar a situação? Diminuir a frequência dos reajustes, para não trazer incerteza aos consumidores. Nós reajustamos o preço da gasolina três a quatro vezes ao mês. O preço do diesel, em um intervalo mínimo de quinze dias. No mês de abril, levamos quase um mês para reajustar o diesel.

OPORTUNIDADE PARA O RIO

De acordo com o presidente da Petrobras, a interferência nos preços dos combustíveis custou à estatal R\$ 180 bilhões nos últimos anos, dos quais R\$ 120 bilhões no diesel e R\$ 60 bilhões com a gasolina. Segundo Castello Branco, a perda mais aguda ocorreu entre 2011 e 2014, quando houve uma "política desastrosa" de controle.

— O que aconteceu entre 2011 e 2014? O governo mandou a Petrobras ignorar a ciência econômica e cobrar o preço de combustível pelo custo, e isso resultou numa grande perda para a Petrobras. As estimativas são de que a Petrobras perdeu R\$ 100 bilhões com aquela política desastrosa. Inclusive, o próprio governo acabou reconhecendo o seu erro e passou para o outro extremo, a Petrobras passou a cobrar preços muito acima dos preços internacionais para tentar recuperar o passado.

Durante a audiência, Castello Branco defendeu que o Rio tem uma "oportunidade ímpar" de recuperar sua economia por meio do setor de petróleo. Ele ressaltou, porém, que o desafio é saber como usar estes recursos.

— Falei ao governador Wilson Witzel que ele vai se transformar em um xeque do petróleo. (...) Tem que usar os recursos para o desenvolvimento da economia do estado.

Castello Branco foi indagado diversas vezes sobre a situação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, no Rio, que teve as obras paralisadas diante das denúncias de corrupção na Operação Lava-Jato. Ele definiu o projeto como um "desastre", destacando que a promessa de gerar milhares de empregos não foi cumprida. O executivo confirmou que estuda a possibilidade de transformar o complexo numa usina termelétrica, como O GLOBO antecipou.

Em outra frente, ontem, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou um acordo com a Petrobras para encerrar uma investigação na qual a estatal era suspeita de práticas anticompetitivas no mercado de refino de petróleo.

A empresa propôs ao órgão vender oito de suas refinarias — que representam metade da capacidade de refino — para encerrar o inquérito. Hoje, a Petrobras detém 98% do mercado de refino. O entendimento majoritário dos conselheiros foi que a proposta gera competição, concorrência e abertura de mercado.

A venda de refinarias deve ocorrer até o fim de 2021. O termo acordado com o Cade prevê restrições à venda de refinarias localizadas numa mesma região — e que, portanto, poderiam competir entre si — a um mesmo comprador ou grupo. A empresa vai manter refinarias em São Paulo, no Rio e uma no Nordeste.

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/06/2019****Seção: O País****Autor:****Título: Políticos do PP viram réus no STF**

> Por três votos a dois, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal aceitou ontem denúncia contra quatro integrantes do Partido Progressista (PP) por organização criminosa.

> O grupo foi acusado de desviar recursos da Petrobras no caso que ficou conhecido como "quadrilhão do PP". Passam a ser réus o deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), que já responde a outra ação penal no STF; os deputados Arthur Lira (PP-AL) e Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e o senador Ciro Nogueira (PP-PI).

> É a primeira denúncia aceita pelo STF que atribui a integrantes de um partido político a participação em uma organização criminosa. Segundo a acusação, o grupo teria desviado R\$ 390 milhões.

> Além do relator da Lava-Jato no STF, Edson Fachin, votaram pelo recebimento da denúncia os ministros Cármen Lúcia e Celso de Mello. Já Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski entenderam que não há indícios para justificar a abertura da ação penal.

> Em seu voto, apresentado em 4 de junho, o relator Edson Fachin sustentou que a denúncia não se baseia apenas em delações e que documentos corroboram "constantes" contatos entre os acusados, como registros de entrada na Petrobras e no escritório do doleiro Alberto Youssef.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 12/06/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Refinarias à venda**

A Petrobras terá até o fim de 2021 para vender oito refinarias, que representam quase metade de sua capacidade atual. O prazo foi acordado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que aprovou, ontem, entendimento com a empresa.

Em troca da venda das refinarias, o Cade encerrou investigação contra a Petrobras, aberta em dezembro. De acordo com Alexandre Barreto, presidente

do conselho, se a Petrobras fosse condenada, a multa poderia ficar em cerca de R\$ 10 bilhões, até o limite de R\$ 60 bilhões.

Para incentivar a concorrência, os ativos da estatal em uma mesma região geográfica não poderão ser vendidos a um mesmo comprador. Quem comprar uma refinaria no Paraná, por exemplo, não poderá levar também a do Rio Grande do Sul.

“O acordo representa a abertura do mercado de refino no Brasil e as expectativas são menores preços e maiores investimentos do setor. É um jogo que só tem vencedores”, afirmou Alexandre Cordeiro, superintendente do Cade. Na prática, o acordo foi o instrumento escolhido pelo governo para tocar o plano de vendas da Petrobras. A estatal manterá refinarias em São Paulo e Rio de Janeiro e uma no Nordeste.

Dois conselheiros votaram contra o acordo, mas quatro foram favoráveis. “A proposta encerra investigação no Cade por decisão do próprio governo federal e da Petrobras e não tem relação com o processo do conselho, que se encontra em fase bastante preliminar”, disse o conselheiro João Paulo Resende. Além dele, a conselheira Paula Azevedo votou contra a homologação por entender que não houve conclusão da investigação nem apontamento de conduta anticompetitiva.

Após a homologação, o presidente do Cade pediu que os conselheiros dessem lugar ao presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, ao diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, e a representantes do Ministério da Economia para uma assinatura simbólica do acordo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/06/2019

Seção: Economia

Autor: Beatriz Roscoe

Título: Gasolina a R\$ 4,11 no Plano

Os postos do DF promoveram nova queda no preço da gasolina. Em uma semana, em 23 postos dos 27 pesquisados pelo Correio no Plano Piloto e na Estrada Parque Taguatinga (EPTG), o valor do litro baixou. Ontem, era possível encontrar abaixo de R\$ 4,099, na EPTG e a R\$ 4,109, na Asa Norte. E, se os distribuidores acompanharem os preços das refinarias, a tendência é de nova

queda. A Petrobras anunciou redução de 3% no valor da gasolina nas refinarias. O preço médio passou de R\$ 1,8144 para R\$ 1,7594 ontem.

A empresária Luciana Elias, 42 anos, é profissional liberal e sente o impacto da gasolina no orçamento. Ela afirma que sentiu o preço reduzir, mas que o combustível ainda está muito caro. “Antigamente, com R\$ 50 de gasolina eu passava a semana. Hoje, são R\$ 50 a cada dois dias. Eu trabalho com vendas e estou organizando as clientes para não ter que ficar dando voltas e economizar na gasolina”. O professor Leonardo Siqueira, 34, não sentiu tanta diferença, apesar da redução. “Eu preciso abastecer a cada três, quatro dias. Nem sinto as reduções, porque o preço reduz uma vez e aumenta três”.

De acordo com o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie) Adriano Pires, o preço da gasolina caiu porque houve uma queda no câmbio e no preço do barril no mercado internacional. Segundo ele, é necessário que o consumidor mude a forma de comprar gasolina: “O brasileiro está habituado a abastecer no primeiro posto que vê. Mas o consumidor precisa criar o hábito de correr atrás do posto que vende mais barato.”

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

- **Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos 3/6/2019 11/6/2019

Petrobras – Posto da Lava Jato	4,559	4,390
Petrobras – Eixo W 106 Sul	4,269	4,149
Petrobras – Eixo W 109 Sul	4,379	4,229
Shell – Eixo W 115 Sul	4,229	4,140
Petrobras – Eixo L 214 Sul	4,390	4,230
Petrobras – Eixo L 212 Sul	4,599	4,389
JarJour – Eixo L 210 Sul	4,389	4,239
Petrobras – Eixo L 207 Sul	4,389	4,230
PB – Eixo L 206 Sul	4,389	4,239
Melhor – Eixo L 204 Sul	4,389	4,230
Petrobras – Eixo L 202 Sul	4,389	4,230
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	4,539	4,539
JarJour – Eixo L 206 Norte	4,299	4,139
Petrobras – Eixo L 208 Norte	4,429	4,129
Ipiranga – Eixo L 210 Norte	4,429	4,130
Shell – Eixo L 212 Norte	4,439	4,120
Petrobras – Eixo L 214 Norte	4,439	4,439
Ipiranga – Eixo W 115 Norte	4,429	4,130

Petrobras – Eixo W 113 Norte 4,429 4,129
Ipiranga – Eixo W 112 Norte 4,439 4,109
Petrobras – Eixo W 107 Norte 4,439 4,100
Petrobras – Eixo W 103 Norte 4,670 4,670
Petrobras – SIG Quadra 3 4,389 4,180
Shell – SIG Quadra 3 4,389 4,189
Garantia – EPTG 4,199 4,099
V-Tex – EPTG 4,197 4,099
Ipiranga – EPTG 4,199 4,099

MME / ASCOM .